



ARTIGOS

## PREÂMBULO AOS TEMAS GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE

*Margareth DINIZ*

*Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP*

*Ouro Preto, Minas Gerias Brasil,*

*dinizmargareth@gmail.com*

*ORCID. <https://orcid.org/0000-0001-6852-5389>*

*Ana GUIL*

*Universidad de Sevilla, US*

*Sevilla, Andalucía, España,*

*anaguil@us.es*

*ORCID. <https://orcid.org/0000-0002-4472-8605>*

**Resumo:** O que este dossiê sobre gênero e formação docente visa é recolocar em discussão no campo da formação docente uma categoria que tem sido invisibilizada, subsumida, pouco tratada no campo da educação, especialmente na formação docente, por meio de artigos que problematizem a categoria gênero e sexualidade na educação e na formação, trazendo à tona a categoria, interrogando sua pregnância binarista nos discursos e na atuação de professoras e professores ao perpetuar premissas de ensino e aprendizagem que poderão, por um lado, estar comprometidos com o discurso de ódio, da escola sem partido<sup>1</sup>, ou, por outro, rumo à defesa da pluralidade de gêneros, dos direitos à diferença e à diversidade e suas performances, sem que sofram rechaço e segregação de seus corpos.

**Palavras chave:** Formação Docente, Gênero, Sexualidade

## PREÁMBULO A LOS TEMAS DE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN LA FORMACIÓN DOCENTE

**Resumen:** El objetivo de este dossier sobre género y capacitación docente es volver a debatir en el campo de la capacitación docente una categoría que se ha hecho invisible, subsumida, poco tratada en el campo de la educación, especialmente en la capacitación docente, a través de artículos que problematizan la categoría género y sexualidad en educación y capacitación, destacando la categoría, cuestionando sus embarazos binarios en los discursos y en el desempeño de maestros y profesores al perpetuar las premisas de enseñanza y aprendizaje que pueden, por un lado, estar comprometidas con el discurso de odio, desde la escuela sin partido, o, por otro lado, hacia la defensa de la pluralidad de géneros, de los derechos a la diferencia y la diversidad y sus actuaciones, sin sufrir el rechazo y la segregación de sus cuerpos.

**Palabras clave:** Formación Docente, Género, Sexualidad.

## PREAMBLE TO THE THEMES OF GENDER AND SEXUALITY IN TEACHER EDUCATION

What this dossier on gender and teacher education aims at is to put a category that has been made invisible, subsumed, little treated in the field of education, especially in teacher education, through discussion on the gender and teacher category. sexuality in education and training, bringing the category to the fore, interrogating its binary pregnancies in the speeches and in the performance of teachers and professors by perpetuating teaching and learning premises that may, on the one hand, be committed to hate speech, from school without party, or, on the other hand, towards the defense of plurality of genders, of the rights to difference and diversity and their performances, without suffering rejection and segregation of their bodies.

**Key words:** Teacher Education, Gender, Sexuality

## Introdução

Os artigos que compõem este dossiê visam destacar a importância de discutirmos a categoria gênero nas pesquisas sobre formação docente inicial e continuada, na profissão docente e nas relações entre docência-escola-família-sociedade, ainda que de forma incipiente. A discussão que se segue inicia-se com a leitura sobre a formação dos professores e professoras no campo educacional, seguida de um tópico sobre a necessidade da inserção das categorias gênero e sexualidade na formação e finaliza com a apresentação dos textos que compõem este dossiê.

## Formação de professoras e professores: um campo complexo

Diferentes têm sido as formas de olhar para a questão, mas diversos autores e autoras apontam para a complexidade do campo. André (2011) traz em seu artigo “Pesquisas sobre Formação de Professores: tensões e perspectivas do campo” autores que têm contribuído para a reflexão acerca do tema. Mizukami (2002) salienta que o foco da formação docente deve estar nos processos de aprendizagem da docência. Para Imbernón (2005) a formação docente como um processo contínuo de desenvolvimento profissional perpassa desde a experiência dos bancos escolares e prossegue ao longo da vida até questões que envolvam a profissão docente como a carreira, o salário, as estruturas de trabalho, o reconhecimento do profissional. Marcelo Garcia (2010) entende que a constituição do objeto da formação de professores acontece pelos processos de formação inicial e continuada onde é possível adquirir ou aperfeiçoar os conhecimentos da área, desenvolver habilidades que visem melhorar a qualidade da educação na oferta do ensino.

Acerca da formação continuada, outro termo tem sido aceito para nomeá-la, o desenvolvimento profissional. Porém, é temeroso substituir um conceito por outro sem que fique claro que o desenvolvimento profissional compreende elementos que marcam não só a evolução de toda a trajetória profissional do professor como também a continuidade da mesma, fatos que podem ir além do que compreende a formação continuada. Assim, no desenvolvimento profissional, não só as representações, as experiências escolares, as práticas dos professores, as concepções acerca dos processos de ensino e aprendizagem o caracterizam. Ele se revela em amplitude, pois considera não só essas situações, como também todo o processo vivido pelo professor na construção de sua identidade profissional.

Ao considerar os apontamentos de diferentes autores (ANDRÉ, 2011; IMBERNÓN, 2005; GARCIA, M. 2010, RINALDI, 2009) sobre características que marcam a constituição de um campo de estudo no Brasil, vale ressaltar que ações como o da comunidade de pesquisadores vinculados à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), do Grupo de Trabalho ‘Formação de Professores’ e também da Associação Nacional pela Formação de Profissionais de Educação (ANFOPE) revelam o empenho na discussão do objeto de estudo em diferentes espaços (eventos, fórum, encontros etc.) e veículos (artigos, trabalhos em eventos etc.) oportunizando discussões ricas em torno da formação inicial, continuada, das metodologias de pesquisa na área, na localização do professor dentro do contexto formativo e profissional.

No entanto, o campo da formação tem se interessado pouco por discutir as categorias gênero e sexualidade que atravessam os processos de profissionalização docente e tem reflexos na formação inicial e continuada. A realidade mostra que a constituição majoritariamente feminina do magistério da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental operam como fatores de segregação sexual, uma vez que cuidar de crianças pequenas sempre foi considerada uma ocupação de baixa qualificação, refletindo-se também nos baixos salários como aponta Apple (1995).

Segundo Louro, a entrada das mulheres na profissão docente não se deu sem resistências e críticas. A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece natural, foi alvo de polêmicas e discussões parecendo a alguns que era uma completa insensatez entregar às mulheres “usualmente despreparadas, portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’ à educação das crianças (...)” (2006, p. 450). E este quadro contribuiu para que se construísse, socialmente, a concepção de que para as mulheres, trabalhar fora do lar deveria ser encarada como uma ocupação transitória, enquanto não fosse “chamada” a assumir sua “verdadeira” missão de esposa e mãe. O trabalho fora do âmbito doméstico era aceitável, portanto, para moças solteiras até o casamento, ou para mulheres sozinhas – solteiras ou viúvas. “A incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi (e continua sendo!) uma das construções sociais mais persistentes (...)” (LOURO, 2006, p. 454).

O caráter profissional da atividade docente “sempre foi relegado à uma posição secundária, valorizando-se prioritariamente o afeto, a espontaneidade e a informalidade nas relações intraescolares e tem sido uma luta constante para que a ação didática docente seja mais técnica, eficiente e produtiva” (LOURO, 2006, p. 472). Para tal, uma mudança de concepção do trabalho docente feminino também é fundamental pois, considerando a relação existente entre o cuidado como atribuição feminina e a articulação entre docência e maternidade, ambas historicamente construídas com base nas concepções de maternidade e infância, faz-se necessário considerar que há uma forma diferenciada de trabalhar com as crianças pequenas por parte das professoras, embora o fato de trazerem para a atividade docente características femininas relacionadas às práticas de cuidado, não signifique abandono das dimensões intelectuais, associadas historicamente à masculinidade.

Para isso inseriram-se um conjunto de saberes técnico-científicos específicos na formação constituindo um campo pedagógico capaz de definir os professores e professoras como profissionais. A profissionalização da docência nestes níveis de ensino, com formação adequada, remuneração justa e melhores condições de trabalho, são investimentos indispensáveis para a modificação deste quadro de desvalorização da função docente tanto na educação infantil, quanto na educação básica.

Esta discussão reflete também na questão dos currículos, pois estas mulheres professoras terão que inserir nos currículos e nas temáticas desenvolvidas cotidianamente as questões de gênero e sexualidade para que possamos construir práticas que não ignorem as diferenças entre mulheres e homens, contribuindo para a construção de relações mais justas entre todos e todas que frequentam os espaços escolares. O currículo que perpassa a formação docente e o currículo escolar é, historicamente, um artefato que expressa valores e sujeições, estando “implicado em relações de poder, a partir das quais formula e transmite visões sociais particulares e interessadas” (MOREIRA; SILVA, 2011, p. 14). Desta forma, o currículo extrapola a organização dos conteúdos, saberes e procedimentos de ensino e se mobiliza “como um eficiente e sutil promotor de determinadas disposições ou esquemas mentais e corporais que se manifestam nos modos pelos quais entendemos o mundo, nos relacionamos com os outros e, talvez principalmente, compreendemos a nós mesmos” (VEIGA-NETO, 2013, p.162).

Os currículos de formação docente inicial envolvem a possibilidade de que as profissionais da educação inicial compreendam o mundo, podendo assumir posições em direção aos direitos humanos, e que sejam também, produtoras de cultura junto aos seus interlocutores. Sendo assim, devemos apostar que os currículos contribuam para a conversão das representações negativas e das práticas de invisibilização das identidades outras em formas legítimas de pertencimento por meio de disciplinas específicas que tratem do tema, produzindo assim a possibilidade de incorporar discursos e práticas docentes que enunciem as desigualdades

de gênero para buscar a equidade, bem como o reconhecimento das identidades trans (pessoas LGBTQI+ e tantas outras possíveis identificações) como pessoas reais.

### Inserindo a questão de gênero e sexualidade na formação docente

Verificada a ausência de políticas públicas voltadas tanto à categoria gênero, quanto à população LGBTQI+ no âmbito educacional, buscamos neste dossiê apontar a importância da promoção de políticas públicas e de uma política de formação docente, à luz do direito à diferença, entendendo a diferença como o próprio significado da igualdade em si (SCOTT, 1988, p. 46), utilizando-se para tal o marco teórico norteador dos estudos ligados à orientação sexual e identidade de gênero, a teoria queer<sup>2</sup>, a partir do pensamento de Judith Butler. A abstenção ao tema nos dias de hoje pode indicar um silenciamento em torno do estabelecimento dos direitos humanos e do direito à diferença, reflexo do direito à igualdade, fazendo com que os desenhos institucionais envolvidos sejam manipulados a partir das particularidades de interesses que não contemplam a pluralidade de uma sociedade complexa no agir e no vivenciar.

Sabemos que o sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação dos corpos. O processo pedagógico desenvolvido no âmbito escolar, por sua vez, enquanto mecanismo utilizado para perpetuação das normas do sistema heterocentrado, a partir da construção de uma verdade normalizante sobre os conceitos de sexualidade, identidade e expressão de gênero se constituiu como um dos principais âmbitos responsáveis pelo lugar de abjeção construído para determinadas subjetividades dissidentes do padrão heteronormativo.

Além da escola, a vigilância impetrada pela família e a tentativa de prevenir a homossexualidade, estimuladas pela religião, como também o esquema dicotômico, que localiza as mulheres como submissas ao homem dominador e à vigilância familiar, torna imprescindível o diálogo comprometido entre políticas de gênero e sexualidade, escola e família, reiterando-se aqui a necessidade de formação das/os professoras/es para o debate sobre gênero e sexualidades, numa parceria de trabalho com as outras instâncias sociais, a fim de que a escola possa ser um espaço privilegiado para o questionamento e desestabilização da hegemonia compulsória do modelo heteronormativo<sup>3</sup>.

Ao organizarmos este dossiê apontamos a necessidade de retirar da invisibilidade a categoria gênero em articulação à categoria sexualidade, em sua vertente relacional, pois, estas categorias de forma geral no campo da educação, e, em especial no campo da formação docente, foram invisibilizadas: é perceptível a invisibilização da produção sobre gênero na educação e na formação docente quando por exemplo percorro a produção da ANPED a partir dos anos 1990 e encontro no GT 08, um trabalho aprovado acerca da temática

2 A palavra Queer foi usada historicamente de forma negativa para humilhar e envergonhar pessoas que apresentam suas identidades de gênero e sexuais fora da imposição de padrões que são considerados legítimos, ditos “normais” da cultura onde vivem. O termo foi ressignificado e apropriado por parte das pessoas ligadas aos movimentos feministas e das minorias políticas sexuais como uma afirmação paródica dessa inscrição negativa, mas também como uma forma de resistência e proposital ironia à cisheteronormatividade (FURLANI, 2003). Nesse contexto, a Teoria Queer pode ser considerada uma política de conhecimento cultural (LOURO, 2004).

3 A educação de gênero encontrou nesses fatores, historicamente construídos, socialmente mantidos e potencialmente influenciadores, um impedimento da sua efetivação nas escolas brasileiras. No plano nacional de educação – PNE – desde 2010, ainda no governo Lula, iniciou uma série de reivindicações tanto da igreja católica, quanto a igreja evangélica com suas representações políticas no congresso brasileiro e nos muitos cultos religiosos contra a educação de gênero. Ambas mobilizadas como também clamando aos seus fiéis, aos educadores e as famílias brasileiras contra o que eles classificaram como “ideologia de gênero”. *Os embates em torno do gênero não são uma mera questão de vocabulário, como conclui Fassin (2011); o que realmente está em jogo nessas disputas é o próprio fundamento da ordem social nas democracias modernas.* A pressão da igreja cristã e da sociedade, foi sentida quando, no plano nacional aprovado em 2014 no congresso, qualquer menção à educação de gênero foi retirada.

A proposta de “ideologia de gênero” e “escola sem partido” foram rechaçadas pelo STF em 24 de abril de 2020, mas suas ideias ainda circulam no interior dos discursos docentes e nas escolas.

(Gênero, formação e arte) e no Gt 23 apenas a produção de 3 artigos que tratam da temática gênero e educação, bem como ao reler todos os artigos publicados na Revista Formação Docente, encontrei somente o artigo da professora Guacira Lopes Louro (2011) "Educação e docência, diversidade, gênero e sexualidade", por acaso publicado exatamente no volume 3, número 04 organizado por mim, à convite do professor Júlio Pereira Diniz, à época, o editor da Revista. (RBPFP. 2011).

Diniz (2013, p. 46) supõe que, além do pouco interesse de pesquisadores/as por estas temáticas, a pouca produção pode indicar alguma resistência de pesquisadores/as no campo da educação em relação à temática:

"posto que o campo educacional é eminentemente feminino, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, e os modelos de formação docente nas últimas décadas continuam a engendrar formas de planejamento, organização, disposição e funcionamento que reiteram um modo heteronormativo, pouco se alterando em termos de produção discursiva que pudesse fazer circular outras lógicas no campo educacional".

Ao discutir o tema é necessário distinguir gênero, sexualidade e sexo biológico. Gênero é categoria de análise tomada aqui na forma como se estabelecem as relações de poder entre homens e mulheres construídas ao longo da história e nos mais diversos espaços, apontando deste modo para diversos e determinados processos de construção discursiva. A identidade de gênero não é algo neutro, acidental e intrínseco, atuando fundamentalmente como uma proteção à norma hegemônica cisheterossexista e misógina presente na sociedade. Os papéis de gênero são comportamentos socialmente construídos e atribuídos a meninos e meninas, com fim de reproduzir uma estrutura de poder patriarcal e afetam todos os aspectos da vida, desde a sexualidade, à maneira como cada um será significado no ambiente familiar, profissional, religioso, etc, de acordo com Saffioti (2004). Durante o transcorrer da história, as questões de gênero foram reduzidas ao ambiente familiar, de modo que somente nesse local era possível a formação e desenvolvimento da sexualidade. Enquanto o sexo diz respeito à fisiologia, ao aparato biológico, a sexualidade diz respeito à forma como o sujeito vivencia (ou não vivencia) o desejo sexual, sendo possível dizer da heterossexualidade, da homossexualidade, da bissexualidade, e tantas outras possibilidades construídas pelos humanos.

Portanto, o momento de afirmação do gênero e da descoberta da sexualidade parte de experiências vividas no cotidiano, que dependem do trato em relação às curiosidades criadas com o próprio corpo, quanto às vivências no cotidiano escolar, de acordo com LOURO (2004, p.47), e certamente o tema se torna premente quando se pensa a formação docente inicial e continuada. A construção de uma sociedade igualitária pressupõe que se coloque em questão a categoria gênero, sua visibilidade/invisibilidade, bem como a diversidade/pluralidade de gênero e o consentimento às diferenças de gênero e sexualidade. Não é possível a construção de uma sociedade livre e libertária enquanto houver opressão de gênero e desigualdade. Sabemos que ao longo da história humana, por diversos fatores, a perspectiva da desigualdade tem sido hegemônica e dessa forma, homens e mulheres, mais que diferentes, tornaram-se desiguais. No campo da ciência não foi diferente, perpetuando-se uma ciência que invisibilizou a mulher e sua produção.

Visando rupturas na naturalização dos gêneros e corpos, estudos como o de Freud mostram que as questões da sexualidade são inerentes à condição humana e não se localizam em determinado ponto ou momento da vida como as escolas e seus planos educacionais acreditaram durante décadas. O pesquisador destaca ainda que as questões da sexualidade não são naturais e sim constituídas nas relações com o par parental e por meio da cultura.

Nesta esteira, na afirmação de Beauvoir (1967:9p.) de que não se nasce mulher, torna-se mulher, é possível perceber que ela pretendia desconstruir o mito da feminilidade - e por consequência da masculinidade



– como elementos dados pela natureza, pois “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (idem). Ao analisar os papéis de gênero na sociedade patriarcal, a autora conclui:

(...) a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. (BEAUVOIR, 1967, p. 21)

Seguindo essa perspectiva é possível afirmarmos-nos como sujeitos de múltiplas possibilidades de ser, ou de performar como afirma Butler (2003). Durante décadas, o tratamento às temáticas gênero e sexualidade na escola e nas salas de aula limitou-se à biologização da sexualidade e do sexo, ao priorizar, simples e unicamente, conteúdos formais concernentes à reprodução humana e a prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST e AIDS (muitas vezes ainda associada à promiscuidade homossexual), aos cuidados com a higiene pessoal, às normas da conjugabilidade entre homem e mulher e sua função reprodutiva, a prevenção da gravidez precoce, deixando ao encargo de professores/as de biologia essa discussão.

De acordo com (LOURO (2004, p.47) “embora as questões de gênero e sexualidade devam estar presentes na escola, há um poder real que impede a progressão desta discussão. A sociedade politicamente influente é permeada por uma majoritária classe padronizada que entende existir gêneros pré-determinados e que correspondem a esse padrão”. Sendo assim, a concepção heterossexual é espalhada, determinando um desvio irregular de todas as demais.

No quadro político brasileiro no qual se desenvolvem disputas de narrativas acerca da temática em questão, há uma característica marcante: o avanço de vozes abertamente conservadoras no debate público. Como assinala Luís Felipe Miguel (2016), desde os anos 2010, tais discursos vem ganhando legitimidade no debate público e avançando na defesa aberta de valores reacionários. Sob o argumento de defesa de uma “ordem natural”, ancorada na família heterossexual reprodutiva e nas supostamente naturais diferenças e complementaridade dos sexos biológicos, os ativismos conservadores promovem pânico em torno do debate sobre diversidade sexual e de gênero:

Movimentos que acusam as escolas de promover uma “doutrinação ideológica” através da introdução dessas temáticas têm ganhado visibilidade com a recente expansão do conservadorismo no cenário nacional recente. O combate à “ideologia de gênero” e às supostas formas de tentar implantá-la nos currículos – como o uso da palavra gênero em normativas e programas educacionais – são formas de atuação que têm ganhado visibilidade no Brasil na última década. O período de debate e votação dos planos de educação evidenciou esse processo. Sob esse contexto, as instituições de ensino têm se configurado como um campo de disputa fundamental para as iniciativas de segmentos conservadores em conter mudanças na política sexual.

Como nós, pesquisadoras e pesquisadores do tema temos compreendido e operado com essa categoria em nossas pesquisas e na formação docente? Como temos visibilizado/invisibilizado essa categoria em nossas produções? Como temos assumido esse debate na academia, na pesquisa, na educação e na formação docente?

Os campos inter ou multidisciplinares que se constituíram articulados aos movimentos sociais e políticos de gênero e sexualidade, e que vêm analisando essas questões e produzindo conhecimento e teorias, são

chamados Estudos Feministas, Estudos Gays, Estudos Lésbicos, Estudos decoloniais e Estudos Queer. Esses campos teóricos já nos demonstraram que todas as formas de viver a sexualidade e os gêneros são culturais, históricas e contingentes, carregado de emoções, afetos, crenças e as certezas que temos e com as quais nos acostumamos por tanto tempo precisam ser compreendidas no âmbito da cultura e da transitoriedade. Há que se pensar que muitas das verdades científicas ou de outra ordem que, ainda hoje regem nossa vida foram pretensivas e carregadas de autoridade definindo sujeitos e práticas e classificando-os como normais ou patológicos, desconsiderando a complexidade no campo dos gêneros e da sexualidade. As chamadas “minorias” se afirmam e se autorizam a falar sobre sexualidade, gênero, educação e cultura e novas questões são colocadas a partir de suas experiências e de suas histórias e as muitas formas de viver o feminino e o masculino, a família, as relações amorosas, a maternidade e a paternidade, o erotismo e o prazer tornam-se temas de teses, dissertações, livros, palestras, ensaios e depoimentos em seminários e cursos. Algumas destas questões estão propostas nos artigos deste dossiê que o/a leitor/a poderá conferir a seguir.

### Reflexões sobre gênero e sexualidade na formação de professores e professoras

A professora Consuelo Flecha-Garcia da Universidad de Sevilla, Espanha, produziu o artigo nomeado como: “Profesorado e igualdad em España: aspectos legislativos”, no qual descreve a trajetória jurídica que na Espanha acompanhou ações em favor da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens nas escolas, mais especificamente, sobre a formação inicial e continuada de professores para poder intervir nas transformações que a igualdade exige. A autora discute o que se passou em uma jornada de três décadas de propostas para conscientizar e reverter certezas herdadas e descreve como a legislação espanhola delineou as etapas necessárias para incluir esse tipo de treinamento nos programas de treinamento inicial e contínuo de professores, bem como oferecendo uma abordagem às publicações que refletem a resposta a esses regulamentos.

Ampliou-se e complexificou-se, profundamente, o âmbito da pesquisa educacional quando os campos teóricos que se constituíram a partir de, ou em conjunto com os movimentos sociais tiveram e continuam tendo efeitos imensos como podemos verificar no artigo de Shirley Aparecida Miranda e Jairza Fernandes Rocha da Silva quando analisam as recomendações e desafios para a implantação das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola. As autoras destacam questões trazidas pelas professoras a partir dos resultados de uma pesquisa de mestrado, de caráter qualitativo, por meio da análise das narrativas de quatro professoras que se reconhecem quilombolas, se autodeclaram negras e atuam em escolas situadas nos territórios onde vivem, interrogando-nos se podemos falar então em uma docência quilombola.

Gabriela Hernandez-Veja, da Universidad de Nariño, Colômbia, escreveu o artigo “Formacion de maestras em Colômbia: dos proyectos, dos tendencias 1874-1903”, como um recorte da pesquisa: “Las mujeres em la construcción de lanación colombiana”. O artigo visa discutir acerca da preparação profissional de professoras para as escolas de meninas entre 1874 e 1903 na história da Colômbia, marcada por mais de cinquenta anos pelo poder político proposto pelos liberais radicais e pelos conservadores. A autora aponta que parte desta tensão se localizou nas Escolas Normais e seu ensaio busca na História Social, no Feminismo decolonial e na categoría gênero, a partir de Joan Scott, problematizar a legislação vigente e a presença do discurso religioso na educação à época.

Ramón Pacheco, da Universidad de Sevilla, España e Elena Zubiaurrelbáñez da Universidad Alfonso X El Sabio, Madrid, escreveram o artigo: “Igualdad de Género y Enfoque por Competencias: dificultades en la



formación del profesorado” interroga o enfoque competencial desde a formação obrigatória no bacharelado e na formação profissional como garantia de uma pretendida neutralidade ideológica divergente do que se passam a prática. O autor e a autora afirmam que tal concepção contribui para a fixação de representações que discriminam as mulheres em geral e o profesorado em particular. Este trabalho afirma que o enfoque por competências é parte de um projeto maior promovido por organismos internacionais de corte neoliberal que visam instituir a escola como dotada de uma racionalidade cognitiva. Denunciam, ainda, a impossibilidade de que este modelo possa interrogar também as questões de gênero, perpetuando assim, significados atribuídos sociohistoricamente a mulheres e homens.

O artigo de Cláudia Pereira Vianna e Tatiana Carvalho nomeado como “Formação e prática docente: sobre a visibilidade das professoras lésbicas”, traz reflexões que foram aprofundadas em uma pesquisa sobre professoras lésbicas na Educação Básica. No dizer das autoras, a questão que se coloca é: “quais são os distintos significados de ser uma professora lésbica na Educação Básica, tendo em vista o tabu que isso ainda representa no meio escolar e as necessidades de uma educação de respeito pela diversidade?” As autoras destacam que esta consideração é fundamental, especialmente no atual momento vivido em nosso país, em que essa construção legítima de existência está sob ataque. Além disso, problematizam a importância dessa questão na formação docente, sendo a visibilidade ou invisibilidade construída por essas professoras sempre pedagógica, na medida em que ajuda a erigir uma série de conhecimentos e impressões sobre a diversidade sexual.

Felipe Viero Kolinski Machado Mendonça e Carlos Magno Camargos Mendonça, no ensaio intitulado “Pedagogizar corpos e conformar subjetividades: o sintagma da ideologia de gênero como exercício colonizador da educação”, convidam o/a leitor/a a analisar a primordialidade da existência dos conteúdos que abordam questões de gênero, de educação sexual e de sexualidade nos currículos escolares, indagando como a implementação da agenda de combate ao gênero, proposta por setores conservadores, referenda uma pauta de exclusões e violências. Os autores supõem que extinguir tais temas dos currículos escolares e das políticas de formação docente perpetua atos de dominação e opressão masculina, além de reduzir a capacidade crítica de docentes e discentes, amparando sua argumentação na aproximação dos estudos comunicacionais aos estudos de gênero e estudos culturais.

Reconhecer a importância de que as questões de gênero e sexualidade sejam discutidas na escola, não basta, pois há um poder real que impede a progressão da discussão. A sociedade politicamente influente é permeada por uma majoritária classe padronizada que entende existir gêneros pré-determinados (heterossexual) determinando todas as demais performances como desviantes, produzindo sofrimento e por vezes, casos de suicídio como aponta Paulo Nogueira no artigo “Quando as crianças viadas interpelam a docência”. Seu artigo visa, dentre outras questões pensar as relações de gênero e os aspectos da diversidade sexual a partir de diferentes excertos, postulando que as “crianças viadas” pode nos ajudar a compreender as hierarquias de gênero que provocam e sustentam as assimetrias entre distintas posições, interrogando-se a escola e a formação de professores e professoras para pensarmos como nos posicionarmos frente a essas crianças como expressões da diferença. Junqueira (2009) aponta de modo sistemático como a LGBTfobia tem sido responsável pela exclusão de diversos/as alunos/as, do ambiente escolar. Ele ainda afirma que a homofobia não é apenas consentida, mas também ensinada, sendo indispensáveis pesquisas que nos permitam “conhecer a fundo as dinâmicas de sua produção e reprodução nas escolas, bem como os seus efeitos nas trajetórias escolares e nas vidas de todas as pessoas” (JUNQUEIRA, 2009, p.16).

Marco Antonio Torres, Rubens Gonzaga Modesto e Thaynara Martins da Costa de Menezes, no artigo nomeado como: “Por uma educação não transfóbica: reconhecimento e produção de verdades trans na educação”,

recolhem relatos de pessoas trans sobre educação e afirmam que estes relatos têm exposto insuficiências da formação docente que precisam ser problematizadas. No artigo em questão analisam como o discurso transfóbico impede ou dificulta extremamente a produção de inteligibilidade de formas de existência para além da cisheteronormatividade, a partir dos estudos de Judith Butler e Michel Foucault, bem como autoras trans que analisam o contexto escolar. Estas, com suas experiências, mobilizam e desenham transformações de regimes de verdade bem como podem contribuir no combate do discurso transfóbico. Por fim, os autores e autora destacam que o desafio posto à formação docente é “aprender a deixar em aberto nossas definições sobre as sexualidades, abrindo-se às autodefinições de pessoas trans, visando aprender sobre uma educação não transfóbica e, por meio de suas experiências aprender a posicionar-se criticamente no contexto da formação docente.

### Considerações finais

Nossa aposta é que este conjunto de textos possa contribuir com a reflexão de professoras e professores, assim como formadoras e formadores de docentes interrogando a matriz heterossexual que estabelece o gênero como uma unidade de experiência binária, bem como o padrão heteronormativo como conduta.

No intuito de garantir o privilégio da heterossexualidade, agregada ao estatuto de normalidade e naturalidade, muitos esforços foram efetuados, nas mais diversas instâncias, visando a manutenção de uma lógica que impõe que todas as pessoas sejam ou devam ser heterossexuais, fato este que fomenta a homofobia, ao mesmo tempo, sentimentos de fascínio, estranhamento, medo e abjeção pela homossexualidade (BUTLER, 2013). Pensando no espaço da escola como constituído de diversos sujeitos, estão presentes pessoas não heterossexuais e não binárias, logo os desafios continuam e se intensificam interpelando assim o campo da formação docente inicial e continuada para lidar com tais questões.

As representações sociais relativas ao gênero e às sexualidades denotam um viés normatizador, um campo minado, movediço e, portanto, merece o desencadeamento investigativo e análises críticas de mais e mais pesquisadoras e pesquisadores a fim de que evoquem repercussões éticas e políticas que possam evidenciar a equidade de direitos aos mais diferentes sujeitos.

## Referências

ANDRÉ, Marli. "Pesquisas sobre Formação de Professores: tensões e perspectivas do campo" IN: FONTOURA, H.A, da SILVA, M. (Orgs) Formação de professores, culturas: desafios à pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões, Rio de Janeiro, 2011. (Coleção ANPEd Sudeste, 2011, livro 2).

APPLE, M. W. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: A experiência vivida. Vol. 2. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1967

BUTLER, Judith. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERRAZ, Cláudia, DINIZ, M. "Nem tão contemporânea assim: a mulher-professora e seus tropeços diante da diferença. 2013. SP. Paco Editora.

FASSIN, Eric. A Double-Edged Sword: Sexual Democracy, Gender Norms and Racialized Rhetoric. In: BUTLER, Judith; WEED, Elizabeth (Orgs.). The Question of Gender: Joan W. Scott's Critical Feminism. Bloomington: Indiana University Press, 2011.

GARCIA, Marcelo C. O professor iniciante, a prática pedagógica e o sentido da experiência. Carlos Marcelo Garcia. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 02, n. 03, p. 11-49, ago./dez. 2010. 11 Disponível em <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>

IMBERNON, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 5.ed. São Paulo. Cortez, 2005.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 66-81.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2009.

LOURO, G. L. Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In. PRIORE, Mary Del (org); BUSSANEZI, Carla (coord. De textos). História das mulheres no Brasil. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LOURO, G. L. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. In Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores. v.3, n4, 2011 p. 62-70

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. Direito&Práxis, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 15, pp. 590-62, Rio de Janeiro, 2016.

MIZUKAMI, M. G. N. et al. Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação. São Carlos: EDUUFSCar, 2002

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomáz Tadeu. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomáz Tadeu da. Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 13-47.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo. Delírios avaliatórios: o currículo desvia para a direita ou um farol para o currículo. In: FAVACHO, André Márcio Picanço; PACHECO, José Augusto; SALES, Shirlei Rezende. Currículo, conhecimento e avaliação: divergências e tensões. Editora CRV. 2013.

RINALDI, Renata Portela. Formação de formadores: aprendizagem profissional de professoras-mentoras para uso da informática na educação. São Carlos: EDUUFSCar. 2009

SCOTT, Joan. Deconstructing Equality-versus-Difference: Or, the Uses of Poststructuralist Theory for Feminism. *FeministStudies*, Vol. 14, No. 1 (Spring, 1988), pp. 32-50.

DINIZ, M.; GUIL, A. **Preâmbulo aos temas Gênero e Sexualidade na Formação Docente.** Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores. Belo Horizonte. Vol. 12, nº. 24 (p. 13-26) 31 ago. 2020. ISSN:2176-4360. DOI <https://doi.org/10.31639/rbfp.v12i24.355>

